

Mat. 300 de 2000.12.29

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE REMO
FUNDADA EM 1920
FILIADA NA FISA

Acta da Assembleia Geral de 26/03/2023

Aos vinte e seis dias de Março de dois mil e vinte e três, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Remo no Centro de Alto Rendimento em Montemor-o-Velho. Da Ordem de Trabalhos constavam os seguintes pontos: -----

1. Apresentação dos Delegados nomeados e eleitos com direito a voto, e validação dos seus poderes; ---
2. Aprovação da ata da última Assembleia Geral; -----
3. Análise e votação do Relatório de Actividades e Contas do Exercício de 2022 e Parecer do Conselho Fiscal; -----
4. Campeonato Nacional de Fundo 2023; -----
5. Outros assuntos; -----

Verificou-se que à hora prevista não se encontrava presente a maioria dos Delegados. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu início à sessão meia hora mais tarde com os Delegados presentes. No cumprimento do **ponto 1** da Ordem de Trabalhos, foram validados os poderes dos Delegados. Estiveram presentes 56 delegados, conforme documento em anexo. (Anexo. A). **Ponto 2;** Aprovação da acta da última Assembleia Geral; foi lida e aprovada por unanimidade. **Ponto 3;** Foi feita uma apresentação sucinta do Relatório de Actividades e Contas do Exercício de 2022 pelo PR/FPR onde realçou o resultado líquido positivo alcançado no período (Anexo. B). Referiu também a dívida já paga no processo de insolvência e os valores que ainda se encontram para pagamento. De acordo com os dados que constam no relatório, verificou-se um ligeiro decréscimo nos atletas seniores inscritos na FPR, decréscimo esse compensado pelo aumento do número de atletas veteranos. Participou online a Dr^a Ana Falé que esclareceu as dúvidas suscitadas pelos delegados. Informou ainda que o processo referente às obras do Pocinho movido à FPR foi considerado improcedente. Verificou-se ainda que o número de atletas apresentados no relatório não estavam devidamente contabilizados, tendo a direcção informado que os iria corrigir e enviar aos delegados o mais breve possível. Durante a discussão deste ponto, surgiram várias sugestões da parte dos delegados presentes, nomeadamente no aspecto de melhorar a organização de regatas; assumir maior dinamismo na captação de novos praticantes; foi pedido também que se efectuassem um levantamento interno para saber quantos dos atletas inscritos na FPR participam em competições e eventos do calendário nacional; que seja feita uma análise mais pormenorizada das perdas de atletas nas mudanças de escalão. Foi referido que em todas estas análises dever-se-á ter em conta que o remo nacional tem diferentes tipos e andamentos.-----

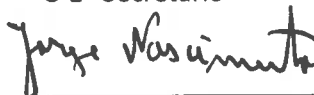
Doca de St. Amaro, Alcântara
1350-353 Lisboa C.A.E.: 93191 N.I.F.: 501545778
Mat. 300 de 2000.12.29

Posto à votação o documento foi aprovado por maioria com 34 votos favoráveis, 18 abstenções e 3 votos contra. (Anexo. C). Segue também em anexo, a Certificação Legal de Contas. (Anexo. D) **Ponto 4;** O PR/FPR deu uma explicação sobre o porquê da decisão da organização do Campeonato Nacional de Fundo no Alandroal bem como da data da sua realização. Na data da sua comunicação, esta decisão foi logo contestada, não só pela localização como principalmente pela data escolhida. Alguns delegados presentes na presente AG voltaram a reiterar o seu descontentamento justificando que a data, tecnicamente, estava desfasada em relação ao momento da época que está a decorrer, bem como, pelo facto da Federação não ter autorizado o alargamento do prazo de recepção de candidaturas para que algumas Associações e Clubes pudessem unir esforços para a organização do referido evento na data constante do calendário indicativo anexo ao PAO 2023. Foi ainda referido que não estavam contra a Federação, mas contra a alteração da data e, se valeria a pena a realização desta regata num local com praticamente nenhuma afirmação da modalidade, aliada ao encarecimento dos custos da deslocação dos clubes. Foi ainda abordada a situação de um clube que na mesma data teria já assumido o compromisso de uma participação numa regata no estrangeiro face à data previamente comunicada. Reiterou ainda o seu protesto pela forma como foi respondida a sua interpelação, estritamente da responsabilidade do clube, através de documento colectivo. Durante a discussão deste assunto foi entregue à Mesa uma declaração (Anexo. E). A declaração em causa, pedia a votação da AG para o cancelamento dos referidos campeonatos pelas razões nela apresentadas e já elencadas. A mesma, depois de lida e analisada pela Mesa, foi sujeita a um período de discussão, tendo o PR/MESA informado a assembleia que iria colocar a declaração à votação, mas que o solicitado na mesma, estatutariamente, não seria vinculativo visto que a organização dos campeonatos nacionais é uma competência exclusiva da Direcção da FPR. Posta à votação, a declaração foi aprovada por maioria com 26 votos favoráveis, 13 abstenções e 6 votos contra. Ainda decorrente deste assunto, foi sugerido que o Calendário Nacional de Regatas seja fechado a 01OUT para que todos os clubes possam planear e organizar a época desportiva. A introdução de regatas de clubes no calendário ficaria sujeita as datas sobranes. Nesta AG, foi salientado a importância do esforço conjunto e da melhoria da comunicação entre todos os parceiros, assim como, a sua disponibilidade para participar, sempre, em eventos com o objectivo de promover o remo. **Ponto 5;** Por interpelação dos delegados, a direcção esclareceu as participações e apoios aos clubes e associações que organizem regatas. Foi ainda explicado pelo PR/FPR as condições em que decorrem o empréstimo de embarcações de clubes à Selecção Nacional. Mais uma vez a assembleia pediu maior atenção da direcção em relação à formação de técnicos da modalidade. E nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada pelo Presidente da Mesa que dirigiu os trabalhos. Da presente reunião, foi lavrada a presente acta, que depois de lida e aprovada irá ser assinada pelos membros da mesa presentes. -----

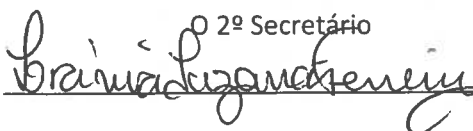
O Presidente



O 1º Secretário



O 2º Secretário



Delegados Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Remo 2023

Ano	Clube	Nome		Presença
2023	Associação Académica de Coimbra	Rui José Ramos Gaspar	Efetivo	
		João Humberto Damião da Silva Sampaio Gomes	Efetivo	
		Rui André Taborda Pilar	Efetivo	
2023	Associação Desportiva e Cultural Juventude de Cerveira	João Cunha	Efetivo	
		Emanuel Alberto Esteves Fernandes	Efetivo	
		Ernesto Costa	Efetivo	
2023	Associação Desportiva e Cultural Portus Cale	José Paulo Martins Leite	Efetivo	
		José Adelino Miranda da Silva Vale	Efetivo	
2023	Associação Naval de Lisboa	Sérgio Alexandre Ferreira	Efetivo	
		Miguel Rolo	Efetivo	
		António Jorge Macedo	Efetivo	
		Juan Freitas	Suplente	
		Rita Ferreira de Almeida	Suplente	
2023	Centro Desportivo Universitário do Porto	Carlos Alberto Silva Pereira Bettencourt Gesta	Efetivo	
		José António Matos da Silva	Suplente	
		António Nuno Zeferino Soares Tavares	Suplente	
2023	Clube Ferroviário de Portugal	Henrique Maria de Assis Tátá Antunes	Efetivo	
		António Manuel Arnega do Carmo	Efetivo	
		José Manuel Freitas de Sousa	Efetivo	
2023	Clube Fluvial Vilacondense	Rodrigo Tavares Romão	Efetivo	
		Tito Miguel Pinto	Efetivo	
2023	Clube dos Galitos	Rui José Natal da Luz Pires da Rosa	Efetivo	
		Pedro Manuel Fresco Vilarinho	Efetivo	
		João Paulo Macela Leal Vaz	Efetivo	
2023	Clube Naval Barreirense	Luis Alexandre da Silva Fortes	Efetivo	
		Tiago Rosa	Efetivo	
		João Ferreira	Suplente	
2023	Clube Naval Infante D. Henrique	Paulo Jorge Ferreira de Almeida	Efetivo	
		Joaquim Alberto Rocha de Sousa	Efetivo	
		Arnaldo Eduardo Basto Nunes de Azevedo	Efetivo	
		Helena Marina Pinheiro Dias	Suplente	
2023	Clube Naval de Lisboa	José António Nunes	Efetivo	
		Ana Isabel dos Santos Louceiro	Suplente	
		Nuno Filipe Rodrigues Sequeira	Suplente	
2023	Clube Náutico da Praia de Mira	Francisco Verissimo	Efetivo	
		Sónia Facão	Efetivo	
2023	Clube Naval Setubalense	Filipe Martins Marques das Chagas	Efetivo	
		Luis Cardoso	Efetivo	
2023	Colectividade Popular de Cacia	Luis Filipe Dias Lopes	Efetivo	
		Susana Maria Pinho Marques Santos	Efetivo	
		Raquel Sousa Tavares Pereira	Efetivo	
2023	Ginásio Clube Figueirense	Artur Jorge Pereira	Efetivo	
		Ana Lúcia Rolo	Efetivo	

		José Barbosa	Efetivo	<i>[Handwritten Signature]</i>
2023	Grupo Desportivo Ferroviário do Barreiro	Ana Luisa Barbosa Rodrigues Fernandes	Efetivo	<i>[Handwritten Signature]</i>
		José António Rosado Calisto	Efetivo	
		Helder Paulo dos Santos Assunção	Efetivo	<i>[Handwritten Signature]</i>
2023	Real Clube Fluvial Portuense	Manuel António Carvalho Fernandes	Efetivo	<i>[Handwritten Signature]</i>
		Nuno de Freitas Oliveira Fernandes	Efetivo	<i>[Handwritten Signature]</i>
		Vítor Nuno Soares Ribeiro Leita da Cunha	Efetivo	<i>[Handwritten Signature]</i>
		Francisco José Lopes Pedreiro	Suplente	
2023	Sporting Club Caminhense	Pedro Manuel da Cunha Fernandes	Efetivo	<i>[Handwritten Signature]</i>
		Rui Miguel Sobreiro Canas	Efetivo	<i>[Handwritten Signature]</i>
		Diogo da Costa Gonçalves	Efetivo	
2023	Sport Club do Porto	Jaime Tomé Gomes Ventura	Efetivo	<i>[Handwritten Signature]</i>
		André Sá e Sousa da Costa	Efetivo	<i>[Handwritten Signature]</i>
		José Manuel Mouta Faria de Lima Leite Dória	Efetivo	<i>[Handwritten Signature]</i>
2023	Viana Remadores do Lima	José Luís Pereira Esteves	Efetivo	<i>[Handwritten Signature]</i>
		Paulo Alexandre Parente Pinheiro de Almeida	Efetivo	<i>[Handwritten Signature]</i>
		Maria Inês de Carvalho Pereira Pimenta	Efetivo	<i>[Handwritten Signature]</i>
		Vitor Hugo Outeiro Pinto	Suplente	<i>[Handwritten Signature]</i>
2023	Remo Clube Lusitano	Julio Amandio	Efetivo	
		André Batista	Efetivo	
2023	Associação Remadores do Tejo	Luís Fernando Ramos Dias Gaspar	Efetivo	
		Rui Vicente Serrabulho	Efetivo	
2023	Associação Desportiva Naval Remo	Nelson Pedrosa Ruivo da Silva	Efetivo	<i>[Handwritten Signature]</i>
		João Miguel Tomé Matias	Efetivo	<i>[Handwritten Signature]</i>
		Carlos Jorge Pereira Gil	Efetivo	<i>[Handwritten Signature]</i>
2023	Nova Rowing Club - Oeiras Marina	Pedro Vicente	Efetivo	
		Nuno Anta	Efetivo	
2023	Luso Futebol Clube	Tiago Miguel Cruz Castanheira	Efetivo	
		Filipa Alexandra Pimenta Domingos	Efetivo	
2023	Agrupamento de Escolas Sebastião da Gama	Pedro Hélder dos Santos Reis	Efetivo	
2023	Associação Nacional de Treinadores de Remo	Rui Pedro Martins Alves	Efetivo	<i>[Handwritten Signature]</i>
		José Carlos Almeida da Silva	Suplente	
2023	Atletas do sexo feminino	Diana Margarida Pereira Almeida		
		Fernanda Isabel Paiva Vasco		<i>[Handwritten Signature]</i>
	Atletas do Remo Adaptado e/ou Paralímpico	Nuno Tomás Durães Albuquerque Picado		<i>[Handwritten Signature]</i>
	Do Remo - Competição e Lazer	Joana Sofia Mendes Gomes		<i>[Handwritten Signature]</i>
		João Afonso Fontes Leal Vaz		<i>[Handwritten Signature]</i>
		João Suzana Ferreira		<i>[Handwritten Signature]</i>
		José Carlos Curado Faustino		<i>[Handwritten Signature]</i>
		Pedro Emanuel Afonso Tomás		
	Do Remo - Veteranos	Artur Lemos Da Silva		<i>[Handwritten Signature]</i>
		Maria Teresa Da Silva Pereira Dos Santos		<i>[Handwritten Signature]</i>
		Rui Correia da Cruz Martins		<i>[Handwritten Signature]</i>
2023	Treinadores - Nível 1 a 4	Carlos Manuel Gomes Henriques		<i>[Handwritten Signature]</i>
		Fernando Jorge Silva Pereira		
		João Manuel Rosa Correia Cardoso		
		José Jorge Leitão		<i>[Handwritten Signature]</i>

		Mário Pereira Fernandes		<i>[Signature]</i>
		Madalena Gargalo Silva Ferreira		
		Rute Alexandra Pais Costa		<i>[Signature]</i>
2023	Árbitros - Estagiário a Internacional	Hugo Alexandre Sousa Bártolo		<i>[Signature]</i>
		Rui Alberto Silva Costa		<i>[Signature]</i>
2023	Associação de Remo da Beira Litoral	José António Martins Tomé	Efetivo	
		Alexandre Nuno Marques Da Silva	Suplente	<i>[Signature]</i>
2023	Associação de Remo do Norte	António José Gomes Cruz Lopes	Efetivo	<i>[Signature]</i>
		André Filipe Ferreira Lobo Pereira	Suplente	
2023	Associação de Remo do Sul e Ilhas	Jorge Miguel Porêlo de Sousa	Efetivo	<i>[Signature]</i>
		Nuno Eduardo Gomes Pires Silvestre	Suplente	

ASSEMBLEIA GERAL RELATÓRIO E CONTAS 2022

26 de março de 2023

(ANEXO. B 26MAR23)



Relatório de Contas

- Resultado líquido - **61 883,55 €**
- Pagamentos do processo de insolvência - **41 231,26 €**
- Valor por pagar da insolvência (total) - **185 461,08 €**

Relatório de Gestão

Pontos Altos

- ↗ Aumento de filiações;
- ↗ Aumento de receitas próprias;
- ↗ 7ª posição no Campeonato do Mundo (LM2x);
- ↗ Realização do curso de treinador G1;
- ↗ Integração portuguesa na Comissão de Remo de Mar da FISA;
- ↗ Atualização da Equipa Técnica das Seleções Nacionais e resultados internacionais;
- ↗ 4º lugar no Campeonato da Europa (Sénior);
- ↗ Formalização de contrato de exploração do hangar da Sede (2023).

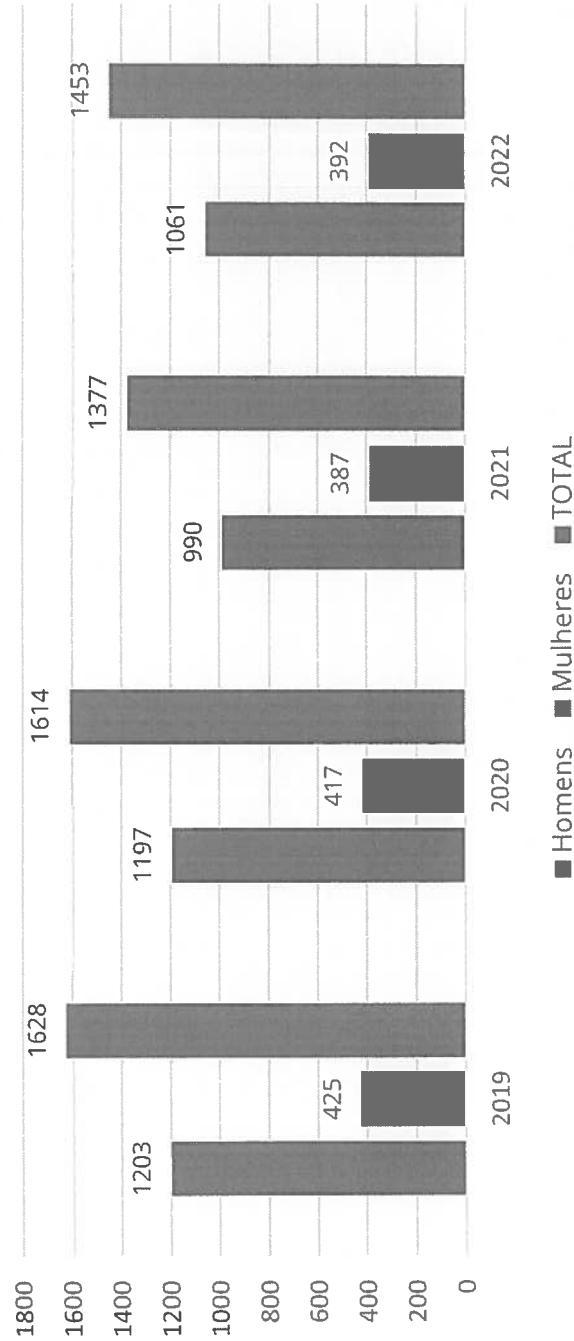
Relatório de Gestão

Pontos Baixos

- Pouca atividade de promoção de Para-Remo e Remo Feminino;
- Não-realização do C.N. Yole;
- Competições Nacionais sem apoio municipal;
- Perda da candidatura à organização da Coupe de La Jeunesse 2024;
- Promoção tardia das regatas nacionais;
- Baixa adesão aos eventos de Remo de Mar.

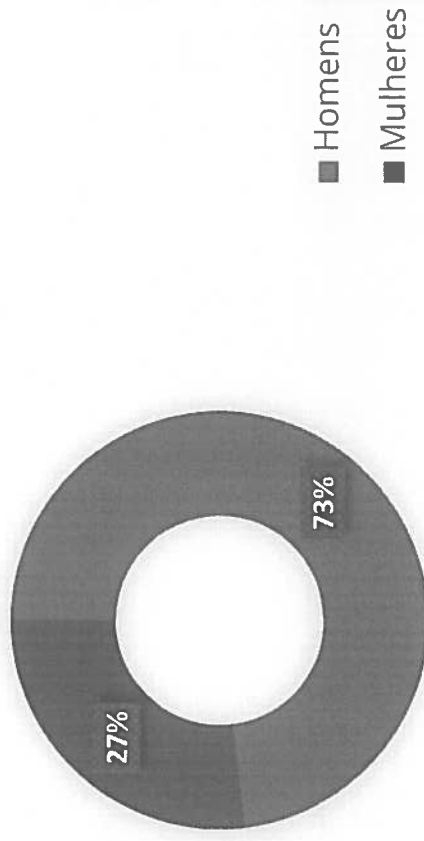
Implementação da Modalidade

Agentes Filiados



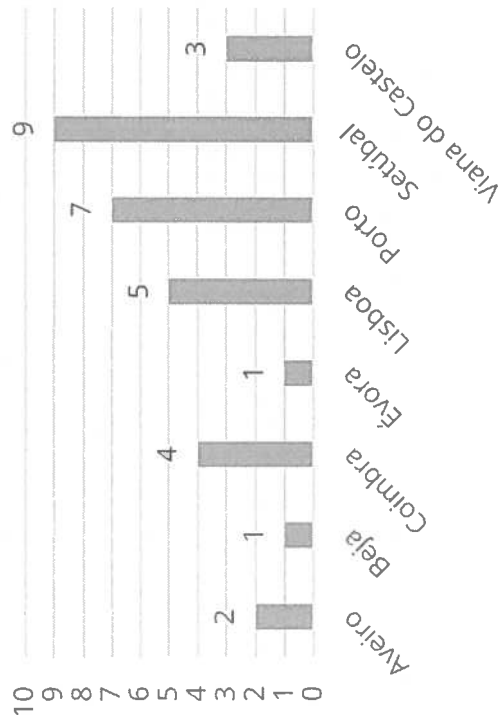
Implementação da Modalidade

Distribuição de Género



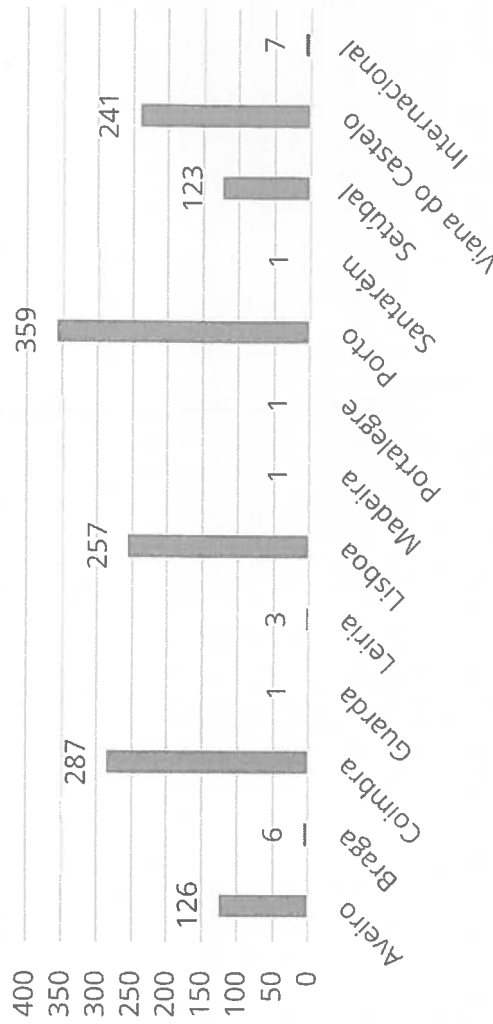
Implementação da Modalidade

Clubes (35)



+ 1

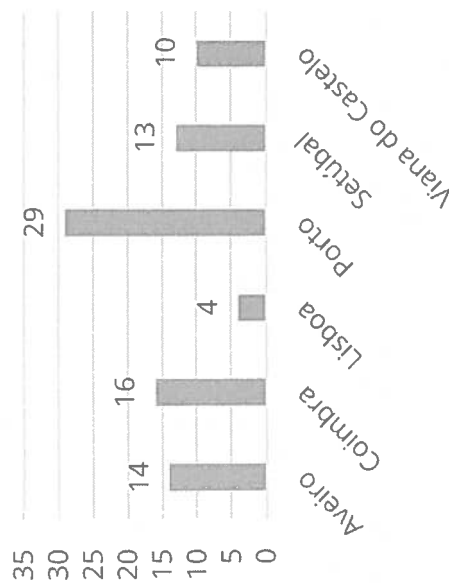
Praticantes (1413)



+ 62

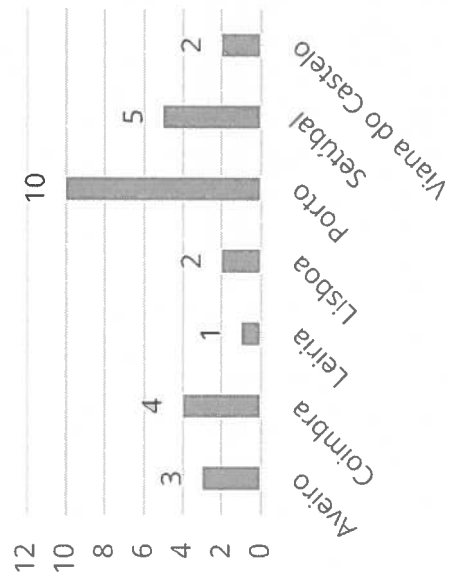
Implementação da Modalidade

Dirigentes & Delegados (86)



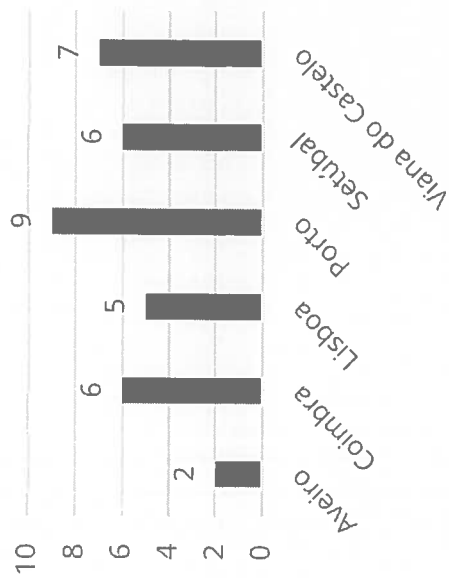
+ 13

Árbitros (27)



+ 19

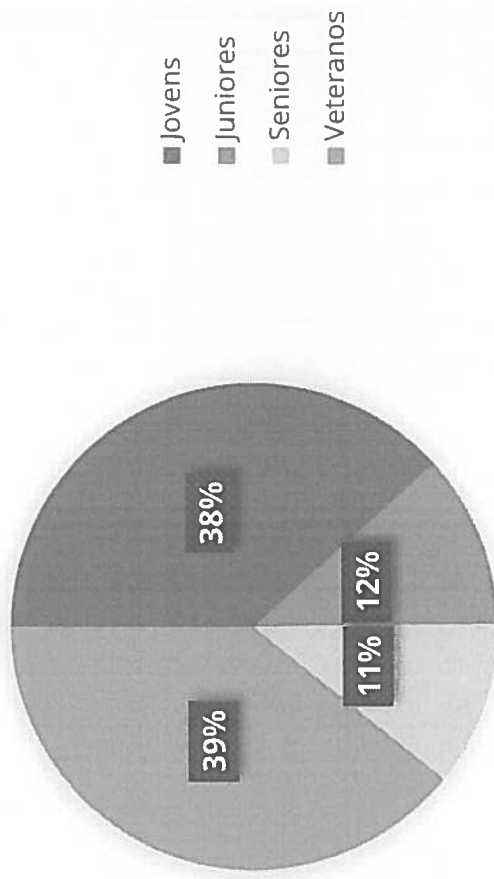
Treinadores (35)



+ 3

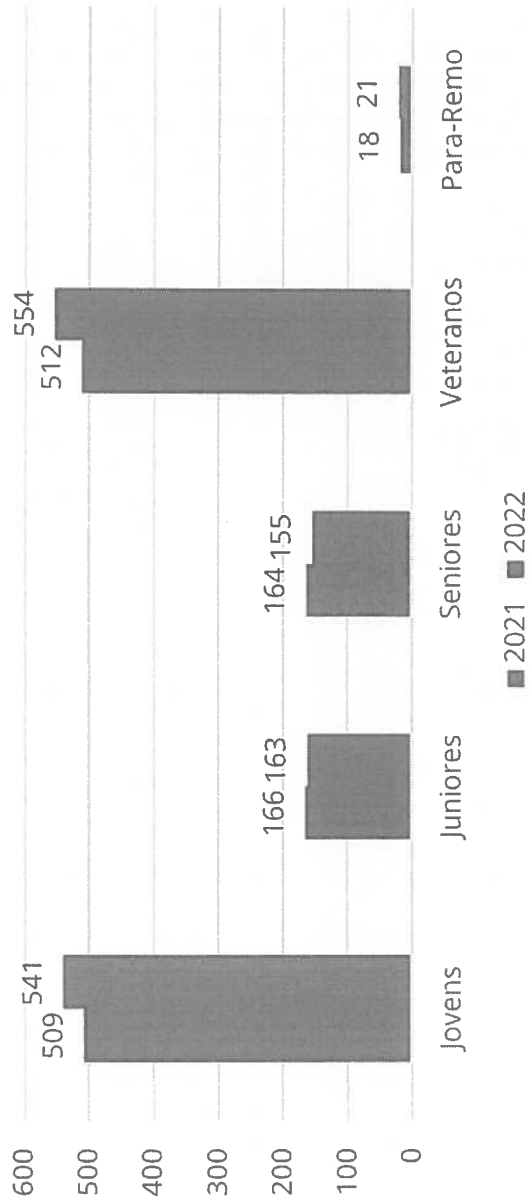
Implementação da Modalidade

Distribuição de Categorias



Implementação da Modalidade

Variação de Praticantes por Categoria



Atividades Regulares

Quadro Resumo – Financiamento IPDJ

	Orçamentado	Financiado	Aditamento	Total Financiado	Executado	Executado 2021	Variação
Total	820 519,94 €	453 500,00 €	29 500,00 €	483 000,00 €	533 175,91 €	474 891,94 €	58 283,97 €
OG	157 813,90 €	105 000,00 €	8 850,00 €	113 850,00 €	121 628,54 €	120 888,10 €	740,44 €
DAD	179 338,82 €	120 500,00 €	11 800,00 €	132 300,00 €	140 620,35 €	125 244,64 €	15 375,71 €
SNAR	320 879,90 €	228 000,00 €	8 850,00 €	236 850,00 €	270 927,02 €	228 759,21 €	42 167,81 €

Outras Rúbricas

Quadro Resumo – Financiamento Público

	Orçamentado	Financiado	Executado
PNDpT	84 876,00 €	25 000,00 €	25 215,50 €
Formação	17 612,00 €	6 000,00 €	2 674,80€
COP	40 000,00 €	40 172,20 €	42 309,01

Receitas

Quadro Resumo - PNDpT IPDJ

	Receitas 2022	Receitas 2021	Variação
Total	672 234,77 €	583 401,97 €	88 832,80 €
Financiamento P.	555 972,20 €	491 000,00 €	64 972,20 €
Filiações e Seguros	23 388,95 €	26 415,00 €	- 3026,05 €
Inscrições em Provas	19 183,81 €	21 866,97 €	- 2683,16 €
Inscrições em formações	8 040,00 €	880,00 €	7 160,00 €
Venda de merchandising	5 943,88 €		5 943,88 €
Venda de Embarcações	22 057,00 €		22 057,00 €
Jogos Santa Casa	26 073,33 €	40 000,00 €	- 13 926,67 €
Outras Receitas	11 575,60 €	3 240,00 €	8 335,60€

(ANEXO.C 26MAR23)

FPR

FEDERAÇÃO
PORTUGUESA
DE REMO



**JOGOS
SANTACASA**

PATROCÍNIO PRINCIPAL



INSTITUTO PORTUGUÊS
DO DESPORTO
E JUVENTUDE, I. P.

RELATÓRIO DE CONTAS 2022

PARA APROVAÇÃO EM ASSEMBLEIA-GERAL

15 DE MARÇO DE 2023



Índice

Índice	1
Introdução	2
Órgãos Sociais 2021-2024	3
Implementação da Modalidade	4
Distribuição dos clubes e agentes desportivos por distrito	4
Distribuição dos praticantes desportivos pelos diferentes escalões.....	5
Distribuição dos atletas de Para-Remo	5
Entidades Filiadas na FPR	6
Programa das Atividades Regulares	7
Organização e Gestão	7
Desenvolvimento da Prática Desportiva	8
Projeto Inovador do DPD Juvenil	9
Ética Desportiva.....	10
Seleções Nacionais e Alto Rendimento	11
Plano Nacional de Desporto para Todos	16
Plano de Formação de Recursos Humanos.....	17
Comité Olímpico	18
Receitas	19
Dívidas.....	20
Considerações Finais.....	21
Anexo 1 – Mapas de Pagamentos da Insolvência.....	22
Anexo 2 – Relatório de Contas (TOC) e Certificação (ROC)	28



Introdução

A Federação Portuguesa de Remo (FPR) termina o **ano de 2022** com um **resultado líquido do período de 61 883,55 €**. No que concerne ao cumprimento do plano de pagamentos do processo de insolvência, foram liquidadas prestações no valor total de **41 231,26 €**, ficando ainda por pagar o montante de **185 461,08 €**.

No ano de 2022, a atividade da Federação Portuguesa de Remo retomou níveis mais próximos dos parâmetros normais pré-pandemia e para esse período podemos identificar os seguintes pontos altos e baixos:

Pontos Altos



- ↗ Aumento de filiações;
- ↗ Aumento de receitas próprias;
- ↗ 7ª posição no Campeonato do Mundo (LM2x);
- ↗ Realização do curso de treinador G1;
- ↗ Integração portuguesa na Comissão de Remo de Mar da FISA;
- ↗ Atualização da Equipa Técnica das Seleções Nacionais e resultados internacionais;
- ↗ 4º lugar no Campeonato da Europa (Sénior);
- ↗ Formalização de contrato de exploração do hangar da Sede (2023).

Pontos Baixos



- ↘ Pouca atividade de promoção de Para-Remo e Remo Feminino;
- ↘ Não-realização do C.N. Yole;
- ↘ Competições Nacionais sem apoio municipal;
- ↘ Perda da candidatura à organização da Coupe de La Jeunesse 2024;
- ↘ Promoção tardia das regatas nacionais;
- ↘ Baixa adesão aos eventos de Remo de Mar.

As atividades de promoção de Remo realizadas demonstram, uma vez mais, que ao tornarmos a modalidade mais acessível, com o uso de ergómetros de Remo e/ou embarcações estáveis, o Remo passa a ser mais atraente a novos praticantes que pretendem usufruir da prática desportiva ao ar livre. Considera-se, por isso, fundamental manter e incrementar as atividades de promoção com uma estratégia e planeamento anual bem definidos, com o objetivo de criar o impacto necessário para a implementação de projetos de iniciação de Remo, como o programa Posto Náutico RemaPortugal.

Mantemos, assim, a convicção de que com a mudança de atitudes e formas de vida pós-pandemia e, também, com a sensibilização política gerada pelo Plano de Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030, está aberta uma importante janela de oportunidade para o Remo incrementar a sua implementação.



Órgãos Sociais 2021-2024

Mesa da Assembleia-Geral

Presidente

1º Secretário

2º Secretário

António Pedro Viera Nunes

Jorge Manuel de Sousa Pereira do Nascimento

Licínia Ferreira

Presidente

Presidente

Luís Neto Ahrens Teixeira

Direção

Cargo	Nome	Pelouro
Vice-Presidente	Álvaro Manuel Robalo Branco	Tesouraria
Vice-Presidente	Amílcar Caetano Estrela	Secretário-Geral
Vice-Presidente	João Diogo Manteigas	Jurídico
Vice-Presidente	Isabel de Sousa	Remo Feminino e Jovem
Vice-Presidente	João António Teixeira Mousinho Pimentel	Remo para Todos
Vice-Presidente	Luís Artur Carvalho Marques de Faria	Alto Rendimento
Vice-Presidente	João Manuel Lopes Oliveira	
Vice-Presidente	Estevão Rebelo de Andrade Pape	

Conselho Fiscal

Presidente

Relator

Relator

Ana Maria Dias Falé

Pedro Rebelo dos Santos

André Augusto da Silva Pereira

Conselho de Disciplina

Presidente

Relator

Relator

João França Rodrigues Alves

Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço

José Manuel Afonso Alves

Conselho de Justiça

Presidente

Conselheiro

Conselheiro

Jorge Manuel Soares Ribeiro Mimoso

Martim Avilez Menezes

Miguel Pereira Coutinho

Conselho de Arbitragem

Presidente

1º Secretário

2º Secretário

Nuno Alexandre Ramos Botelho

Rogério Paulo Pacheco da Costa

Ana Rita Cardoso de Oliveira

Implementação da Modalidade

Em 2022 o número de **entidades filiadas** que desenvolveram atividades na modalidade de Remo na FPR foi de **32 (mais 1 que na época anterior)**, totalizando **1453 agentes federados** e revelando um aumento de 76 agentes. **Foram feitas 1561 filiações**, somando todas as categorias disponíveis.

Agentes Filiados (Número de Pessoas)

	2019	2020	2021	2022
Homens	1203 (74%)	1197 (74%)	990 (72%)	1061 (73%)
Mulheres	425 (26%)	417 (26%)	387 (28%)	392 (27%)
TOTAL	1628	1614	1377	1453
Variação - 1 ano	-26	-14	-237	+76 (+ 5,5%)

Distribuição dos clubes e agentes desportivos por distrito

Distritos	Clubes	Praticantes	Dirigentes & Delegados	Árbitros	Treinadores			
					Grau I	Grau II	Grau III	Grau IV
Aveiro	2	126	14	3	2	0	0	0
Beja	1	0	0	0	0	0	0	0
Braga	0	6	0	0	0	0	0	0
Coimbra	4	287	16	4	2	4	0	0
Évora	1	0	0	0	0	0	0	0
Guarda	0	1	0	0	0	0	0	0
Leiria	0	3	0	1	0	0	0	0
Lisboa	5	257	4	2	2	1	1	1
Madeira	0	1	0	0	0	0	0	0
Portalegre	0	1	0	0	0	0	0	0
Porto	7	359	29	10	4	4	1	0
Santarém	0	1	0	0	0	0	0	0
Setúbal	9	123	13	5	5	1	0	0
Viana do Castelo	3	241	10	2	5	2	0	0
Internacional		7	0	0	0	0	0	0
Totais 2021/2022	32	1413	86	27	20	12	2	1
Totais 2020/2021	31	1351	73	18			35	32
Variação 2021	+ 1	+ 62	+ 13	+ 19			+ 3	



Distribuição dos praticantes desportivos pelos diferentes escalões

Distritos	Jovens		Juniões		Seniores		Veteranos		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Aveiro	30	9	13	3	17	2	44	8	126	104
Braga	0	0	0	0	0	0	4	2	6	4
Coimbra	100	40	10	25	15	20	57	20	287	182
Guarda	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
Leiria	1	1	0	0	0	0	0	1	3	1
Lisboa	51	4	5	25	14	2	104	52	257	174
Madeira	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
Portalegre	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Porto	116	32	8	24	21	18	101	39	359	246
Santarém	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
Setúbal	26	13	13	11	18	4	32	6	123	89
Viana do Castelo	85	31	12	14	19	5	51	24	241	167
Internacional	0	1	0	0	0	0	6	0	7	6
Totais 2021/2022	410	131	61	102	104	51	400	154	975	438
	541		163		155		554		1413	
Totais 2020/2021	509		166		164		512		1351	
Variação 2021	+ 32		- 3		- 9		+ 42		+ 62	

Distribuição dos atletas de Para-Remo

Categoria	Masculino	Feminino	TOTAL
PR1	6	1	7
PR2	0	2	2
PR3	3	0	3
PR3i	6	3	9
Totais 2021/2022	15	6	21
Totais 2020/2021	13	5	18
Variação 2021	+ 2	+ 1	+ 3

Após 4 anos consecutivos de decréscimo no número de agentes desportivos filiados, em 2022 a época encerra com um ligeiro aumento de pessoas filiadas, mas ainda com distância para os valores de 2017 (1637 pessoas filiadas).

Distribuição de Credores

Identificação	Dívida aprovada	Dívida perdoada	Dívida em falta
Inês Ramos Durães	18,13 €	- €	18,13 €
Inst.Desporto de Portugal - Centro Estágios	37,75 €	- €	37,75 €
Instituto do Desporto de Portugal	71,40 €	- €	71,40 €
Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos,IP	581,85 €	- €	581,85 €
Isabel Cristina Simão M. Neves Jesus	96,93 €	- €	96,93 €
Isabel Maria Craveiro Silva Fresco	17,10 €	- €	17,10 €
IT - Comércio Internacional, SA. (Hotel Abade João)	17 052,39 €	- €	2 877,59 €
Janine Sousa Coelho	278,33 €	- €	278,33 €
João Costa	220,45 €	- €	220,45 €
João Manuel de Medeiros	560,47 €	560,47 €	- €
João Manuel Nogueira Matos Rodrigues	71,53 €	- €	71,53 €
João Manuel Rosa Correia Cardoso	726,35 €	- €	81,71 €
Joel Figueiredo Cabete	41,85 €	- €	41,85 €
Jorge André Carvalho Correia	67,88 €	- €	67,88 €
Jorge Manuel Amaral Silvério	112,90 €	- €	112,90 €
Jorge Manuel de Azevedo C. Mendes	135,00 €	- €	135,00 €
Jorge Manuel Pereira Ribeiro	2 269,22 €	- €	255,29 €
José Adamastor Gonçalves	137,90 €	- €	137,90 €
José Américo Coelho Portela	766,55 €	- €	- €
José António Amaral da Silva	1 224,47 €	- €	1 224,47 €
José António Nunes	15 756,58 €	- €	- €
José Carlos da Silva Melo	175,00 €	- €	175,00 €
José Costa	284,35 €	- €	284,35 €
José Esteves	125,01 €	- €	125,01 €
José Fernando Morais Moreno	733,23 €	- €	82,49 €
José Manuel Gonçalves dos Santos	916,25 €	- €	916,25 €
Jurys Cork Hotel	176,28 €	- €	176,28 €
Leonardo Vale	140,08 €	- €	140,08 €
Lidercom	420,00 €	- €	420,00 €
Liliana Raquel Vaz Coelho	87,88 €	- €	69,20 €
Luís Filipe Faria Garcês da Cunha	232,29 €	- €	232,29 €
Manuel Paiva Ribeiro	445,50 €	445,50 €	- €
Maria Cristina de Portugal Goulart	915,37 €	- €	- €
Maria Margarida Seiça Coelho	609,00 €	- €	609,00 €
Mário Jorge Ribeiro de Jesus	177,98 €	- €	177,98 €
Markus Emke	15 465,00 €	- €	3 119,33 €
Mediapoio - Transporte de Doentes, Lda	400,00 €	- €	400,00 €
Mercedes-Benz Financial Services Portugal, SA.	6 576,61 €	6 576,61 €	- €
Miguel Ângelo Gomes Baeta	91,47 €	- €	91,47 €

Distribuição de Credores

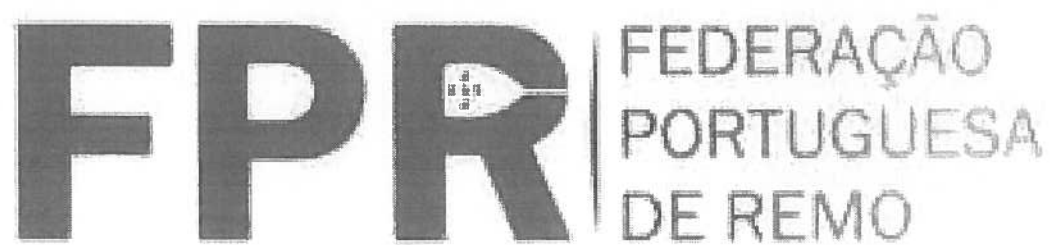
Identificação	Dívida aprovada	Dívida perdoada	Dívida em falta
Miguel Barbosa	54,90 €	- €	54,90 €
Miguel Bruno Carvalho Calhau Menezes	97,18 €	- €	97,18 €
Miravillas hotel	123,00 €	- €	13,84 €
Moisés Correia de Oliveira, Lda.	41 746,65 €	- €	2 188,49 €
Movijovem, Lda	590,80 €	- €	590,80 €
Munich Hotel Association	2 364,50 €	- €	2 364,50 €
Nautiquatro - Soc. de Represent. Náuticas, Lda.	174,86 €	- €	174,86 €
Nestlé Waters Direct Portugal, SA	115,83 €	- €	115,83 €
Novabase Business Solution, SA.	762,88 €	- €	- €
NRJ Informatic	38,75 €	- €	38,75 €
Nuno Alexandre Silva Pais Ramos Botelho	341,08 €	- €	341,08 €
Nuno Filipe Gonçalves Coelho	102,13 €	- €	- €
Nuno Filipe Oliveira Coutinho	60,00 €	- €	60,00 €
Nuno Manuel Costa Mendes	3 500,00 €	- €	- €
Nuno Nogueira	413,38 €	- €	413,38 €
Nuno Ricardo Nobre C. Coutinho Silva	54,30 €	- €	54,30 €
Octávio Barbosa	22,25 €	- €	22,25 €
Orvelino & Ferreira, Lda.	2 867,43 €	- €	2 724,05 €
Palco Singular, Lda	3 960,65 €	- €	445,57 €
Parazema, Lda	105,88 €	- €	105,88 €
Paulo Alexandre Parente Pinheiro Almeida	1 068,10 €	- €	- €
Paulo Fernando Alves Lima	30,00 €	- €	30,00 €
Paulo Quesado	822,83 €	- €	555,41 €
Pedro Daniel Barbosa Vitor	54,98 €	- €	54,98 €
Pedro Fraga	5 148,67 €	- €	- €
Pedro Miguel Barosa Fonseca Moreira	60,65 €	- €	60,65 €
PT Comunicações, SA.	4 948,65 €	- €	- €
Rádio e Televisão de Portugal, SA	47 885,19 €	- €	43 096,67 €
Raúl Pinto	35,08 €	- €	35,08 €
Real Clube Fluvial Portuense	1 296,50 €	- €	1 296,50 €
Refer Património, S.A.	648,58 €	- €	510,76 €
Remo Clube Lusitano	206,60 €	- €	206,60 €
Ricardo Cruz	59,35 €	- €	59,35 €
Robert De Rooij	1 000,00 €	- €	1 000,00 €
Roberto Rodrigues	321,23 €	- €	321,23 €
Rosa Conceição S. Almeida -João Calheiros	157,82 €	- €	157,82 €
Rudistel - Telecom. e Tecnologias	142,99 €	- €	142,99 €
Rui Alves	6,40 €	- €	6,40 €
Rui Faria	227,50 €	- €	227,50 €
Rui Manuel de Oliveira e Sousa	1 542,74 €	- €	7,90 €
Safra Piagnerelli Francesca	358,50 €	- €	358,50 €

Distribuição de Credores

Identificação	Dívida aprovada	Dívida perdoada	Dívida em falta
Salvador Fernando Neves Durães	1 412,95 €	- €	158,96 €
SANAS - Corpo Voluntário de Salvadores Náuticos	2 445,00 €	- €	- €
Sara Marques Morgado	10,65 €	- €	10,65 €
Sara Rebelo e Silva	21,60 €	- €	21,60 €
Serv. Acção Social Univ. Coimbra	228,40 €	- €	228,40 €
Shining Minds, Lda.	36,30 €	- €	36,30 €
Soc. Limpezas do Centro, Lda.	1 229,87 €	- €	207,54 €
Spormex, SA.	37 370,70 €	- €	4 204,20 €
Sport Club do Porto	13 277,34 €	- €	8 851,56 €
Sport Cups, Lda.	1 706,40 €	- €	- €
Sugestões e Opções - Actividades Turisticas SA	35 729,70 €	- €	500,05 €
Tiago Oliveira	875,00 €	- €	875,00 €
TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, SA.	1 090,46 €	- €	- €
UPS of Portugal, Lda.	149,26 €	- €	149,26 €
Via Verde Portugal	4,35 €	- €	4,35 €
Viagens Abreu, SA.	13 298,38 €	- €	748,03 €
Viana Remadores do Lima	3 606,90 €	- €	3 426,56 €
Vidal Pereira & Gomes, Lda.	701,80 €	- €	701,80 €
Vitor Rodrigues	180,79 €	- €	180,79 €
Alfredo Nuno Diniz de Carvalho Gomes	5 110,21 €	- €	- €
Francisco Horta Cardoso	4 433,47 €	- €	4 433,47 €
José António Nunes	29 561,06 €	- €	- €
Moisés Correia de Oliveira, Lda.	14 448,08 €	- €	- €
Susana Isabel de Jesus Lusquinhos	5 498,14 €	- €	- €

Anexo 2 – Relatório de Contas (TOC) e Certificação (ROC)





CONTAS 2022

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.22	31.Dez.21
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	213 609,06	234 345,93
Ativos intangíveis		1 722,00	1 722,00
Outros ativos financeiros		2 935,34	2 425,58
Total dos Ativos Não Correntes		218 266,40	238 493,51
Ativo corrente			
Inventários	5	18 119,55	19 003,60
Créditos a receber		40,00	40,00
Fundadores/Beneméritos/patrocinadores/doadores/associados	7	14 443,47	25 504,42
Diferimentos	8	3 579,96	4 412,87
Outros ativos correntes		4 419,92	5 356,87
Caixa e depósitos bancários	9	35 467,73	11 507,68
Total dos Activos Correntes		76 070,63	65 825,44
Total Activo		294 337,03	304 318,95
Fundos patrimoniais e passivo			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10	-170 799,56	-170 799,56
Resultados transitados	11	-190 755,29	-183 645,54
Outras variações nos fundos patrimoniais	12	217 076,07	233 422,14
Resultado líquido do exercício		61 883,55	-5 015,59
Total dos Fundos Patrimoniais		-82 595,23	-126 038,55
Passivo			
Passivo não corrente			
Fornecedores	13	-	-
Total do Passivo Não Corrente		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	13	252 015,85	329 173,30
Estado e outros entes públicos	6	16 385,02	10 393,82
Fundadores/Beneméritos/patrocinadores/doadores/associados	7	44 437,58	41 126,44
Diferimentos	8	16 666,67	6 590,00
Outros passivos correntes	14	47 427,14	43 073,94
Total do Passivo Corrente		376 932,26	430 357,50
Total do Passivo		376 932,26	430 357,50
		294 337,03	304 318,95

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 10 de Março de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

ANTÓNIO

A DIREÇÃO



Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)



	Notas	31.Dez.22	31.Dez.21
Vendas e Prestação de serviços	15	65 893,52	148 822,70
Subsídios, doações e legados à exploração	16	541 293,10	607 214,49
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-6 450,54	-2 082,75
Fornecimentos e serviços externos	17	-404 443,05	-584 336,49
Gastos com o pessoal	18	-147 743,64	-167 551,22
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	-
Outros rendimentos e ganhos	19	82 652,44	70 544,85
Outros gastos e perdas	20	-34 043,96	-45 643,48
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		97 157,87	26 968,10
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-35 243,61	-31 968,21
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		61 914,26	-5 000,11
Juros e gastos similares suportados		-30,71	-15,48
Resultado antes de impostos		61 883,55	-5 015,59
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		61 883,55	-5 015,59

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 10 de Março de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Antenor

A DIREÇÃO



Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa**Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022**

(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.22</u>	<u>31.Dez.21</u>
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		67 853,83	150 306,09
Pagamentos de subsídios		-8 957,69	-6 672,94
Pagamentos de apoios		-11 854,20	-20 929,16
Pagamentos a fornecedores		-468 702,31	-597 128,90
Pagamentos ao pessoal		-147 042,15	-150 160,70
Caixa gerada pelas operações		<u>-568 702,52</u>	<u>-624 585,61</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		19 984,31	13 940,75
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		<u>-548 718,21</u>	<u>-610 644,86</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-14 630,90	-94 363,16
Investimentos financeiros		-751,03	-914,08
		<u>-15 381,93</u>	<u>-95 277,24</u>
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		22 057,00	-
Investimentos financeiros		241,27	-
		<u>22 298</u>	<u>0,00</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		<u>6 916,34</u>	<u>-95 277,24</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios e doações		565 761,92	653 500,00
		<u>565 761,92</u>	<u>653 500,00</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Subsídios e doações		-	-7 209,77
Juros e gastos similares		-	-15,48
		<u>0,00</u>	<u>-7 225,25</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		<u>565 761,92</u>	<u>646 274,75</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>23 960,05</u>	<u>-59 647,35</u>
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	9	<u>11 507,68</u>	<u>71 155,03</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9	<u>35 467,73</u>	<u>11 507,68</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 10 de Março de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

António Lopes

A DIREÇÃO



**Anexo às demonstrações financeiras para o exercício findo em
31 de Dezembro de 2022**

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A Federação Portuguesa de Remo (adiante designada Federação), NIPC 501545778, foi fundada no Congresso Náutico Nacional realizado em 1920 e tem a sua sede na Doca de Santo Amaro, em Lisboa. A Federação é uma entidade sem fins lucrativos e titular Estatuto de Utilidade Pública Desportiva.

A Federação tem como objeto, entre outros, representar, difundir, controlar, dirigir e regulamentar a prática do remo em Portugal.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras da Federação foram preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (NCRF-ESNL), em conformidade com o art. 9º-E do Decreto-Lei nº 158/2009 alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Federação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Federação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, quando aplicável.

f) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de disposição prevista pelo NCRF-ESNL.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem, as quais foram consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Federação são apresentadas em euros. As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	4 - 14
Equipamento de transporte	8
Equipamento administrativo	4

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações.

3.4. Imposto sobre o rendimento

A Federação é um sujeito passivo de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) nos termos do nº 1 do art. 2º do Código do IRC (CIRC), sendo a base deste imposto o rendimento global correspondente à soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), nos termos do disposto na alínea b) do nº 1 do art. 3º do CIRC.

A Federação é uma entidade isenta de IRC, em conformidade com o CIRC. Além disso, consideram-se rendimentos não sujeitos a IRC as quotas pagas pelos associados em conformidade com os estatutos bem como os subsídios destinados a financiar a realização dos fins estatutários. Os rendimentos derivados do exercício de atividade comercial, industrial ou agrícola ficam sujeitos à aplicação das regras específicas do CIRC.

As regras de determinação da matéria coletável de IRC são as constantes dos artigos 53º e 54º do CIRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Federação dos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.5. Inventários

Os inventários encontram-se valorizados ao custo de aquisição.

3.6. Créditos a receber e outros valores a receber

As contas a receber são registadas pelo valor nominal e deduzidas de eventuais perdas por imparidades, para que reflitam o seu valor realizável líquido.

3.7. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, são registadas pelo seu valor nominal.

3.8. Subsídios

Os subsídios destinados à exploração são reconhecidos como rendimentos do exercício. Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis são registados em fundos patrimoniais e transferidos para resultados numa base sistemática à medida que forem contabilizadas as depreciações dos investimentos a que respeitam.

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2022					
	Saldo em 31.Dez.21	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Regularizações	Revalorizações	Saldo em 31.Dez.22
Custo:						
Edifícios e outras construções	224 687,75	-			-	224 687,75
Equipamento básico	506 246,33	32 456,72	(37 140,34)	-	-	501 562,71
Equipamento de transporte	101 583,78	-	-	-	-	101 583,78
Equipamento administrativo	78 424,69	1 621,14	-	-	-	80 045,83
Outros activos fixos tangíveis	82 517,61	-	-	-	-	82 517,61
Activos fixos tangíveis em curso	19 571,12	(19 571,12)	-		-	0,00
	<u>1 013 031,28</u>	<u>14 506,74</u>	<u>(37 140,34)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>990 397,68</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	-147 880,41	(5 077,33)		-	-	-152 957,74
Equipamento básico	-393 037,29	(24 554,73)	37 140,34	-	-	-380 451,68
Equipamento de transporte	-77 906,28	(4 735,50)	-	-	-	-82 641,78
Equipamento administrativo	-78 424,71	(270,16)	-	-	-	-78 694,87
Outros activos fixos tangíveis	-81 436,66	(605,89)	-	-	-	-82 042,55
	<u>-778 685,35</u>	<u>(35 243,61)</u>	<u>37 140,34</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-776 788,62</u>

Os edifícios e outras construções encontram-se localizados em propriedade alheia e estão totalmente depreciados exceto quanto à parcela afeta a subsídio ao investimento.

5. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 os inventários apresentavam a seguinte composição:



	<u>31.Dez.22</u>	<u>31.Dez.21</u>
Mercadorias	18 119,55	19 003,60
	<u>18 119,55</u>	<u>19 003,60</u>

6. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, Estado e outros entes públicos, no ativo e no passivo, apresentavam os seguintes saldos:

Passivo		
Imposto s/ rend. pessoas singulares (IRS)	2 901,09	2 264,79
Imposto s/ o valor acrescentado (IVA)	10 563,19	5 138,33
Segurança Social	2 920,74	2 990,70
	<u>16 385,02</u>	<u>10 393,82</u>

7. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, esta rubrica apresentava os seguintes saldos a receber:

	<u>31-Dez.22</u>	<u>31-Dez.21</u>
Associados	6 323,89	5 884,76
Patrocínio SCML	6 000,00	6 000,00
COP	2 119,58	1 619,66
Câmara Municipal de Lisboa	-	12 000,00
	<u>14 443,47</u>	<u>25 504,42</u>

e os seguintes saldos a pagar:

	<u>31-Dez.22</u>	<u>31-Dez.21</u>
Associados	43 637,58	41 126,44
Outros	800,00	-
	<u>44 437,58</u>	<u>41 126,44</u>

8. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 os diferimentos ativos e passivos apresentam-se conforme segue:

	31-Dez.22	31-Dez.21
Activos		
Prémios de Seguro	3 079,96	3 062,87
Rendas	500,00	1 350,00
	<u>3 579,96</u>	<u>4 412,87</u>
Passivos		
Formações	-	3 850,00
SCML	16 666,67	2 740,00
	<u>16 666,67</u>	<u>6 590,00</u>

9. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez.22	31-Dez.21
Caixa	2 077,45	692,41
Depósitos à ordem	33 390,28	10 815,27
	<u>35 467,73</u>	<u>11 507,68</u>

10. Fundo de capital

O fundo de capital incorpora os resultados transitados até 2013. Em resultado dos prejuízos acumulados em anos anteriores, o fundo de capital apresenta-se negativo.

11. Resultados transitados

Os movimentos ocorridos nos resultados transitados respeitam à transferência do resultado líquido negativo do exercício de 2021, no valor de 5.015,59€ e regularização do valor da insolvência da CCAM no valor de 2.094,16€.

12. Outras variações de fundos patrimoniais

Esta rubrica respeita aos subsídios para o financiamento de ativos fixos tangíveis sendo transferidos para resultados numa base sistemática à medida que forem contabilizadas as depreciações dos investimentos a que respeitam.



Apresenta-se conforme segue:

	<u>31-Dez.22</u>	<u>31-Dez.21</u>
Subs. Investimento	34 606,33	34 606,33
Subs. Investimento 2016	59 281,59	59 281,59
Subs. Investimento 2018	37 884,00	37 884,00
Subs. Investimento 2019	61 578,61	61 578,61
Subs. Investimento 2020	91 709,61	91 709,61
Subs. Investimento 2021	46 285,51	46 285,51
Subs. Investimento 2022	14 506,74	-
Imputações anuais	<u>-128 776,32</u>	<u>-97 923,51</u>
	<u>217 076,07</u>	<u>233 422,14</u>



13. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31.Dez.22</u>		<u>31.Dez.21</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Fornecedores c/c	-	71 295,11	-	109 380,19
Fornecedores insolvência	-	180 720,74	-	219 793,11
	<u>-</u>	<u>252 015,85</u>	<u>0,00</u>	<u>329 173,30</u>

Fornecedores de insolvência englobam os fornecedores e outros credores abrangidos pelo plano de recuperação de créditos, com o perdão de 50% da dívida e pagamento dos créditos privilegiados e comuns em 2 anos e 10 anos, respetivamente.

14. Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-Dez.22</u>	<u>31-Dez.21</u>
Pessoal	4 433,47	4 433,47
Acréscimos de gastos	28 029,07	26 690,19
Outros credores	<u>14 964,60</u>	<u>11 950,28</u>
	<u>47 427,14</u>	<u>43 073,94</u>

O saldo de pessoal respeita ao plano de recuperação de créditos.

15. Vendas e Prestação de Serviços

As vendas e prestação de serviços, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, foram como segue:

	<u>31-Dez.22</u>	<u>31-Dez.21</u>
Vendas	6 773,90	2 082,75
Prestação de Serviços	<u>59 119,62</u>	<u>146 739,95</u>
	<u>65 893,52</u>	<u>148 822,70</u>

16. Subsídios à exploração

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a Federação reconheceu os seguintes subsídios à exploração:

	<u>31-Dez.22</u>	<u>31-Dez.21</u>
IPDJ - Organização e gestão	112 228,86	105 000,00
IPDJ - Desenvolvimento prática desportiva	132 300,00	119 278,00
IPDJ - Alto rendimento e seleções nacionais	236 850,00	210 165,00
IPDJ - Formação recursos humanos	6 000,00	7 000,00
IPDJ - Programa Nacional Remo para Todos	12 114,40	1 094,36
COP - Projeto Preparação Olímpica	39 999,84	30 000,00
Santa Casa Lisboa	-	7 500,00
Município de Oeiras	-	30 000,00
World Rowing Coastal Champ and Beach Sprints Finals - Oeiras	-	97 177,13
Município de Aviz	<u>1 800,00</u>	<u>-</u>
	<u>541 293,10</u>	<u>607 214,49</u>

O total dos subsídios ascende a 555.799,84€, repartidos por subsídios ao investimento (conforme nota 12) e subsídios à exploração, conforme segue:

	<u>Total</u>	<u>Investimento</u>	<u>Exploração</u>
IPDJ - Organização e gestão	113 850,00	1 621,14	112 228,86
IPDJ - Desenvolvimento prática desportiva	132 300,00	-	132 300,00
IPDJ - Alto rendimento e seleções nacionais	236 850,00	-	236 850,00
IPDJ - Formação recursos humanos	6 000,00	-	6 000,00
IPDJ - Programa Nacional Remo para Todos	25 000,00	12 885,60	12 114,40
COP - Projeto Preparação Olímpica	39 999,84	-	39 999,84
Município de Aviz	<u>1 800,00</u>	<u>-</u>	<u>1 800,00</u>
	<u>555 799,84</u>	<u>14 506,74</u>	<u>541 293,10</u>

17. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, foi conforme segue:

	<u>31-Dez.22</u>	<u>31-Dez.21</u>
Subcontatos	-	66 841,50
Serviços especializados	149 487,57	213 442,97
Materiais	17 217,29	16 521,05
Energia e fluídos	33 080,26	25 035,02
Deslocações, estadas e transportes	168 301,12	168 493,26
Serviços diversos		
rendas e alugueres	24 407,49	69 413,46
comunicação	2 609,73	6 403,07
seguros	5 837,44	12 320,69
outros	3 502,15	5 865,47
	<u>404 443,05</u>	<u>584 336,49</u>

18. Gastos com pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, foi a seguinte:

	<u>31-Dez.22</u>	<u>31-Dez.21</u>
Remunerações do pessoal	119 934,75	134 576,18
Encargos sobre remunerações	25 507,50	28 576,20
Outros	2 301,39	4 398,84
	<u>147 743,64</u>	<u>167 551,22</u>

19. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, foram como segue:

	<u>31-Dez.22</u>	<u>31-Dez.21</u>
Imputação anual subsídios	30 852,81	27 230,62
Patrocínio SCML	26 073,33	37 260,00
Rendas	2 194,53	3 240,00
Alienação ativos fixos	22 057,00	-
Outros rendimentos e ganhos	1 474,77	2 814,23
	<u>82 652,44</u>	<u>70 544,85</u>

20. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, foram como segue:

	31-Dez.22	31-Dez.21
Impostos	2 520,87	1 588,73
Multas fiscais e não fiscais	248,45	175,00
Consumíveis desportivos	7 192,45	6 585,94
Prémios concedidos	-	8 729,16
Bolsas e Subsídios concedidos	20 811,89	18 872,94
Outros gastos e perdas	3 270,30	9 691,71
	34 043,96	45 643,48

21. Eventos subsequentes

Em 9 de Janeiro de 2023 foi proferida sentença pelo Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, do processo no qual a Federação assumia a qualidade de Ré (conjuntamente com duas entidades públicas).

A ação foi julgada como improcedente e absolvidos os Réus.

A autora poderá ainda recorrer da sentença.

22. Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Federação não apresenta dívidas à Autoridade Tributária em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

A Direção informa também, dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei 411/92 de 17 de Outubro, que a situação da Federação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Lisboa, 10 de Março de 2023

Aratovales

Ana Maria Dias Falé, ROC nº 1100, registada na CMVM sob o nº 20160712
Av. Coronel Eduardo Galhardo, nº 12 – 2º Dto.
1170 – 105 Lisboa

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditei as demonstrações financeiras anexas da **Federação Portuguesa de Remo** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2022 (que evidencia um total de 294.337 euros e um total de fundos patrimoniais negativos de 82.595 euros, incluindo um resultado líquido de 61.884 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em minha opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida no parágrafo da secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Federação Portuguesa de Remo** em 31 de Dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Os fundos patrimoniais da Federação apresentam-se negativos em 82.595 euros (2021, 126.039 euros negativos). Além disso o plano de recuperação de créditos no âmbito da insolvência da Federação apresenta cerca de 185.154 euros em mora à data de 31 de Dezembro de 2022 (2021, 164.974 euros). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo o pressuposto da continuidade das operações, pelo que é pressuposto a realização de lucros futuros, a tomada de medidas concretas e/ou obtenção de suporte financeiro.

A minha auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As minhas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Sou independente da Entidade nos termos da lei e cumpro os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estou convicta de que a prova de auditoria que obtive é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:



- 
- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
 - elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
 - criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
 - adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
 - avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A minha responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a minha opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, faço julgamentos profissionais e mantenho ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identifico e avalio os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebo e executo procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtenho prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtenho uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avalio a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluo sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluir que existe uma incerteza material, devo chamar a atenção no meu relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a minha opinião. As minhas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data

do meu relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avalio a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunico com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

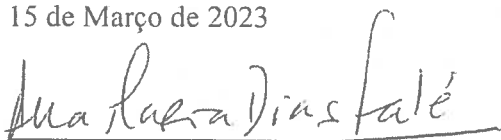
A minha responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas no parágrafo da secção “Bases para a opinião com reservas” sou de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

15 de Março de 2023



Ana Maria Dias Falé

(ANEXO, E 26mar23)

Exmo Senhor
Presidente da Mesa da Assembleia Geral da
Federação Portuguesa de Remo



Vêm em Conjunto, a Associação de Remo do Norte, a Associação Desportiva e Cultural Juventude de Cerveira, o Sporting Club Caminhense, o Viana Remadores do Lima, o Real Clube Fluvial Portuense, o CDUP e o Ginásio Clube Figueirense apresentar a seguinte declaração à Assembleia Geral aqui reunida.

A 13 de Fevereiro do corrente ano, a Direção da Federação Portuguesa de Remo emitiu o ofício 11/2023, o qual vinculou a decisão de alterar a data do Campeonato Nacional de Fundo 2023 para dia 16 de Abril.

Este ofício foi precedido duma série de eventos os quais passamos a enunciar:

A intempestiva e inadequada comunicação por parte do Presidente da FPR sobre a possível alteração da referida prova, dada numa reunião de zoom que tinha por base a reunião de delegados do CN Remo Indoor e na qual gerou imediata contestação.

No seguimento dessa comunicação, os clubes Ginásio Clube Figueirense (7.02.2023) a título individual e o grupo de clubes e Associações - ADCJC, Caminhense, VRL, Fluvial Portuense, CNIDH, Sport, Ginásio, Galitos, Cacia, AAC, Naval Remo, ARN e ARBL (8.02.2023) enviaram por escrito missivas com o total desacordo com a alteração da data do CNF, tendo a Direcção da FPR respondido de maneira que consideramos pobre e pouco explicativa.

Conforme foi alertado nessas cartas:

1 – A nova data do CNF é um mês e meio depois da data definida pela FPR no seu calendário, que foi apresentado no PAO em Dezembro de 2022. A data do CNF é há vários anos, na primeira semana de Março por decisão prévia da Assembleia Geral.

A data proposta entra decididamente na época de velocidade, sendo de assinalar várias provas de 2000m organizadas pela FPR que se mantêm no calendário (testes para a seleção e CN Universitários) a acontecer antes da nova data do CNF e que apenas 3 semanas depois se realizará a Regata Queima-das-Fitas.

Este tipo de alterações não tem cabimento num planeamento desportivo adequado dos clubes e atletas.

2 – Vários clubes alertaram para o facto de já terem outros compromissos assumidos para a data em questão, uma vez que preparam as suas deslocações atempadamente com o calendário aprovado no PAO. Assim, a verdade desportiva deste campeonato está claramente comprometida;

3 – A altura tardia em que foi comunicada a referida alteração, não é de todo aceitável e prejudica não só o planeamento desportivo, como o funcionamento e gestão dos clubes;

4 – O local em que esta questão foi inicialmente colocada não é admissível e é demonstrativa de uma falta de respeito para com as instituições, a Assembleia Geral e todo o remo nacional;

5 – A organização dos campeonatos nacionais é da exclusiva responsabilidade da FPR. Como tal, a não existência de algum clube candidato à organização de uma prova não iliba a FPR da sua organização dentro do calendário previsto.

Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, tendo em conta que a decisão tomada pela Direção da FPR e vinculada no Ofício 11/2023 viola decisões vinculativas anteriormente tomadas em Assembleia Geral e que a mesma lesa os interesses dos Clubes Associados.

Assim, os signatários desta declaração propõem a votação o cancelamento do Campeonato Nacional de Fundo 2023.